



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 09 - Museu, Patrimônio e Informação.

A POLÍTICA DE AQUISIÇÃO E DESCARTE DE ACERVOS DO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE BELO HORIZONTE.

THE ACQUISITION POLITIC AND DISPOSAL OF COLLECTIONS OF THE MUSEUM OF THE IMAGE AND SOUND OF BELO HORIZONTE.

Victor Pinheiro Louvisi¹, Ana Paula Soares Pacheco²

Modalidade da apresentação: Pôster.

Resumo: O artigo tem por objetivo discutir o processo de elaboração da Política de Aquisição e Descarte de acervos do Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte. Podemos afirmar que, a criação da mesma foi impulsionada pela realização do Plano Museológico em 2013. Na época, a equipe da instituição coordenada pelo museólogo realizou a análise Swot e um dos pontos fracos identificados foi a ausência de política de acervo. Neste sentido, quando da elaboração do plano, uma das metas estratégicas foi a definição desta. Sendo assim, a instituição foi recolhendo e produzindo acervo audiovisual; mesmo não tendo a referida política definida.

Palavras-chave: Políticas. Aquisição. Descarte. Acervos. Museu da Imagem e do Som.

Abstract: *The paper aims to discuss the process of the elaboration of the acquisition politic and disposal of collections of the Museum of the Image and Sound of Belo Horizonte. We can say that the creation of that was driven by the realization of the Museological Plan held in 2013. At the time, the team coordinated by the institution museologist held Swot analysis and are weaknesses identified was the lack of a collection policy. In this regard, when drawing up programs, the strategic goals was to define these collection policy. Therefore, the institution was collecting and producing the collection audiovisual; not even having the said defined the policy.*

Keywords: *Policies. Acquisition. Disposal. Collections. Museum of Image and Sound.*

¹ Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte

² UFMG

1-INTRODUÇÃO

Neste artigo discutiremos sobre a Política de Aquisição e Descarte de acervos do Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte (MIS-BH), tema considerado importante nas áreas de Museologia e Ciência da Informação e utilizado para endossar o trabalho realizado na área da Documentação Museológica. Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica baseada na lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009 (Institui o Estatuto de Museus), no plano museológico do MIS-BH de 2013 e na política de aquisição e descarte de acervos do MIS-BH de 2016. Foi traçado um breve histórico sobre a instituição, a constituição de seus acervos e por fim, serão apresentados os resultados parciais e as considerações finais.

1.1-O MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE BELO HORIZONTE- MIS-BH E O SEU CONTEXTO DE CRIAÇÃO.

A criação de uma instituição que preservasse a produção audiovisual de Belo Horizonte remonta as discussões realizadas nos anos 1980 por produtores, cineastas, pesquisadores e artistas. É através da lei nº 5.553 de 09 de março de 1989, que esta ideia começou a se materializar. Em seu artigo 1º declara: “Fica o Poder Executivo autorizado a instituir por decreto a Fundação Museu da Imagem e do Som.” A partir da publicação dessa lei, é formado um grupo de trabalho que, dentre outras ações, elabora, em 1992, o “Projeto de Implantação do Centro de Referências Audiovisuais da Região Metropolitana de Belo Horizonte”. Entretanto, com vistas a se tornar base para a futura implantação do Museu da Imagem e do Som é inaugurado o Centro de Referência Audiovisual (CRAV) em 16 de novembro de 1995.

Considerando-se que o CRAV foi criado num contexto de transição social, de redemocratização política do país, que desencadeou um processo de revisão e reformulação dos valores e identidades culturais locais e nacionais, entre os diversos grupos e sujeitos sociais que se articularam e passaram a participar desse novo estágio da vida pública brasileira e levando-se em conta também que o CRAV foi concebido provisoriamente como o embrião do Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte (...). (BRAGA, 2015, p.18).

A partir daí, teve início o processo de identificação de registros audiovisuais para a composição dos acervos, mediante imagens em movimento como documentos fotográficos e

sonoros. Este trabalho originou os relatórios que serviram como subsídios para a constituição do acervo inicial. Seguindo esta diretriz, a instituição passou a coletar os registros produzidos pela Administração Pública Municipal e Estadual e doação de terceiros, tais como: cineastas, professores, críticos de cinema, distribuidores de filmes e famílias da cidade.

O CRAV foi implantado pela Prefeitura de Belo Horizonte em 1995 e integrado à Secretaria Municipal de Cultura. Sua primeira sede foi no casarão localizado à Rua Estevão Pinto 601 no bairro Serra. Em 2001 passou a ocupar o quinto andar do Edifício Chagas Doria situado à Rua Sapucaí 571. Em 2005 com a criação da Fundação Municipal de Cultura (FMC), o CRAV passou a fazer parte da estrutura da mesma. Em 2008, o mesmo foi instalado na Avenida Álvares Cabral 560, na região central de Belo Horizonte.

No final de 2014, com a mudança administrativa ocorrida na Prefeitura de Belo Horizonte através do decreto nº 15.775 de 18 de novembro de 2014, o CRAV tornou-se o Museu da Imagem e do Som (MIS-BH). Atualmente, o MIS-BH está subordinado à Diretoria de Museus e Centros de Referência da FMC. Em 11 de agosto de 2015 foi criado o MIS Cine Santa Tereza, equipamento cultural pertencente ao MIS-BH. Sua inauguração ocorreu no dia 26 de abril de 2016 e tem como objetivo a difusão dos acervos do MIS-BH e da linguagem audiovisual.

1.2- A COMPOSIÇÃO DOS ACERVOS E A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA

A partir de estudos iniciais e com a identificação dos acervos foi iniciada a coleta em formato audiovisual. A princípio foram recolhidos os itens pertencentes à Administração Pública Municipal e Estadual e doação de terceiros mencionados anteriormente.

Os acervos foram organizados por fundos, de acordo com o princípio da proveniência. Segundo a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística- ISAD (2001, p.15), fundo é um “Conjunto de documentos, independente de sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por um indivíduo, família ou entidade coletiva no decurso das suas atividades e funções”. Esta opção justifica-se pela presença da maior parte do acervo ser em película, filme em VHS e formatos afins, com influência da organização utilizada pela Cinemateca Nacional. Dessa forma, a instituição era vista como arquivo audiovisual.

Assim, a instituição procurou manter a estrutura de organização dada pelo seu produtor (Pessoa ou Instituição) ao receber estes grupos de documentos. O problema é que a instituição ao

longo de sua história foi recebendo outros acervos que foram sendo denominados de fundos, mas que identificamos como sendo na verdade coleções; já que foram sendo reunidos em períodos diversos e procedências diferentes. É o caso do fundo “Salas de Cinema” que possui fotografias de cinemas de rua e salas de cinema de BH, que não vieram do mesmo doador e sim de procedências diversas reunidas numa mesma pasta. Dessa forma, tivemos que reavaliar todos os fundos, mudando para coleção aqueles que tinham esta característica. Atualmente, o MIS-BH guarda os seguintes tipos de acervo:

Tipo	Suporte	Quantidade
Videográfico	VHS, SVHS, U-matic, HI-8, Betacam, Mini-DV e DVD.	5.621
Fonográfico	Disco de vinil, Fita cassete e CD.	661
Fílmico	Película 16mm, 35mm e 8mm.	39.958
Iconográfico	Cartaz e cartazete.	1.700
Tridimensional	Projetores, filmadoras, máquinas fotográficas e enroladeiras .	350
Bibliográfico	Livros, catálogos e periódicos.	1.038
Fotográfico	Negativos de vidro, negativos em 35mm, negativos 6x6, diapositivos, provas-contato e ampliações.	29.098
Textual	Está sendo contabilizado.	
Total		78.426

Durante a década de 1990, alguns registros audiovisuais (Memória do Jornalismo Mineiro, TV Itacolomi e 100 anos de Cinema em BH) foram realizados dentro do Projeto de História Oral da instituição. No início dos anos 2000, a instituição incorporou os registros em película produzidos entre os anos 1960 e 1980, pertencente à Coleção da Rede Globo Minas. Ao longo dos anos, a instituição continuou recolhendo acervo de forma esporádica e sem uma linha

definida, pois muitos itens (Slides com imagens de fazendas do interior de Minas Gerais e VHS de cópias de filmes internacionais e fotos sobre Diamantina) foram recebidos sem ter relação com a instituição ou com as diretrizes iniciais.

Tendo em vista a variedade de formatos, sendo fundo ou coleção, os acervos recebem tratamentos diferenciados no Processo de Catalogação. Para o acervo fílmico e videográfico foi empregado o Manual de Catalogação de Filmes da Cinemateca Brasileira, para os acervos tridimensional e fotográfico foi utilizado o Thesaurus para Acervos Museológicos do Museu Histórico Nacional, para o acervo bibliográfico foi utilizado o MARC 21 (Machine Readable Catalogin) e para os acervos textual e fonográfico ainda não foi realizado o tratamento e estamos pesquisando qual a melhor forma de realizar a catalogação. Essa separação não é um problema, pois é possível a sua recuperação. Entretanto, há dificuldade em ver o acervo de forma sistêmica, como também, as relações entre eles, pois cada setor fica responsável pela catalogação de um acervo. Com a Comissão Permanente de Política de Acervo (CPPA), as trocas de informações entre equipe têm-se acentuado, o que tem servido para resolver essa dificuldade.

Dessa forma, Em 2014, com a criação da CPPA, percebeu-se a necessidade de repensar a política de aquisição e descarte de acervos. Com a sua constituição, foram iniciadas as discussões para a elaboração da política. A CPPA foi instituída pela Portaria FMC nº 036/2014 de 9 de maio de 2014 e em seu artigo 1º estabelece parâmetros de atuação com relação:

- I - à política de aquisição e de descarte de acervos, visando orientar, coordenar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos bens a serem custodiados;
- II - ao programa de segurança, com vistas a dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos funcionários e das instalações;
- III - aos seus procedimentos de gestão de documentos, em consonância com a política municipal de arquivos.

Inicialmente, a CPPA foi formada por sete membros: um museólogo, três historiadores, um conservador/restaurador, um publicitário, um arte-educador e atualmente são apenas seis membros. Depois de uma reunião utilizada para discutir a metodologia, foi realizado um levantamento da bibliografia sobre o assunto e a análise de algumas políticas de acervo de outros museus: Museu Histórico Abílio Barreto, Museu Histórico Nacional, Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, Museu da Imagem e do Som de São Paulo e Cinemateca Nacional. Em

seguida, outras reuniões surgiram para discutir e elaborar o documento e finalmente, concluiu-se a formatação do documento.

1.3 - RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

O trabalho de elaboração da Política de Aquisição e Descarte de Acervos do MIS-BH está finalizado e a aplicabilidade de suas ações ainda será realizada. Por este motivo, apresentaremos alguns resultados parciais: O primeiro refere-se à padronização e a regularização dos processos de aquisição e descarte, pois não havia um padrão para os trâmites dos acervos na instituição. O segundo é o processo de descarte, que diante dos debates se tornou inevitável e as discussões tornaram-se complexas, o que exige demanda de estudos e pesquisas; possibilitando o amadurecimento da equipe técnica, sobre a decisão do tipo de acervo que precisa ser descartado. O terceiro é a fase de implantação e de ajustes desta política, que tem se mostrado bastante frutífera e esclarecedora para todos os envolvidos (Equipe do museu, doadores de acervo, funcionários da Prefeitura e outros interessados) e por último, a publicação deste documento para legitimar o trabalho do museu.

2- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta as etapas do processo de construção da Política de Aquisição e Descarte de acervos existentes no Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte. Sendo assim, seus itens evidenciam a documentação museológica e a documentação arquivística criadas para a implementação da mesma; a fim de facilitar os trabalhos de seleção, pesquisa, exposição, educação e divulgação destes acervos realizados pelos profissionais do museu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em 05 jun. 2014.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museus: aquisição e documentação.** Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

COSTA, E. P. **Princípios Básicos da museologia.** Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus, 2006.

FREITAS, Marcelo Braga de. **O Passado tinha um Futuro: A trajetória do Centro de Referência Audiovisual de Belo Horizonte 1992-2014.** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- Puc Minas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2015.

GLOSSÁRIO In: **Documentação e Conservação de Acervos Museológicos-** Diretrizes. Angelica Fabri et al. ACAM Portinari/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010.

ISAD(G): **Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística.** 2ª edição adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo- Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA do Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM. Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte. Fundação Municipal de Cultura. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. 2013.

POLÍTICA DE AQUISIÇÃO E DESCARTE DE ACERVOS DO MIS-BH. Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte. Fundação Municipal de Cultura. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. 2016.

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE. Secretaria de Cultura de Belo Horizonte. Prefeitura Municipal de Belo horizonte. 1992.

SUPERINTENDÊNCIA DE MUSEU DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Cultura. Superintendência de Museus. 2011.

RESOLUÇÃO SC 105 de 04 de novembro de 2014. Estabelece princípios, procedimentos e fixa normas para recebimento e incorporação de bens móveis que constituem acervos museológicos, arquivísticos e documentais e de obras raras de natureza bibliográfica, pelas modalidades de doação, legado, coleta, permuta, transferência definitiva sem encargos e compra, pelos museus da Secretaria de Estado da Cultura. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura.